

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**No âmbito da Novacap
(Instrução Normativa nº 367/2022)**



Descrição da IN

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para análise de reequilíbrio econômico-financeiro em razão da variação dos preços de contratos administrativos celebrados com a NOVACAP para execução de obras e prestação de serviços de engenharia.

Objetivo da IN

Art. 1º Regulamentar, no âmbito da NOVACAP, os procedimentos e critérios necessários à análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro (REF) de contratos cujo objeto seja a execução de obras e prestação de serviços de engenharia.

SEGUIR O FLUXOGRAMA

Art. 11º A extinção do contrato não configurará óbice ao reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. Porém, o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado **durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.**

§1º Os pedidos de indenização terão como **data base** a tabela correspondente ao **mês em que ocorreu a execução da obra ou serviço.**

§2º No caso de pagamento de indenização, deverá ser **excluído o LOR do preço unitário de cada item**, respeitados os critérios estabelecidos no cálculo da Coluna (I) da APP. O valor do ressarcimento devido deverá ser a diferença entre a Coluna (I) e a Coluna (C), respeitado o contido no §1º.

§3º A regra contida no caput deste artigo se aplica aos contratos firmados a partir de 8 de novembro de 2021.

Art. 2º O reequilíbrio econômico-financeiro visa restabelecer a relação contratual que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da NOVACAP, observado o art. 37, XXI, da Constituição Federal, **na hipótese de:**

- ✓ I – sobrevierem **fatos imprevisíveis, ou previsíveis**, porém de **consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos** da execução do ajustado;
- ✓ II – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando **álea econômica extraordinária e extracontratual**.

Art. 3º Para a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, além dos requisitos descritos no Art. 2º, é necessário, ainda, a **demonstração de que:**

- ✓ I – o fato **não tenha ocorrido** por culpa da contratada, bem como **não esteja prevista na matriz ou mapa de riscos como** de sua responsabilidade ordinária;
 - ✓ II – a modificação das condições contratadas seja substancial, de forma que a alta nos custos torne o **preço insuficiente**, em vista das condições iniciais ou a diminuição do custo torne o preço excessivo em relação às novas condições de mercado;
- III – seja demonstrada **analiticamente** e com documentação probatória a variação dos custos que ocasionaram a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como tenha havido onerosidade excessiva nos preços dos insumos e serviços contratados, nos termos desta Instrução.

Parágrafo único. Será considerada **onerosidade excessiva** a variação de custos cujo impacto financeiro nos insumos e/ou serviços seja comprovadamente **maior ou menor ao lucro operacional referencial (LOR)** no período considerado desequilibrado.

Caso as hipóteses estejam presentes, a fiscalização deverá encaminhar os seguintes documentos à área de análise (DE e DU).

Art. 5º Deverá ser autuado processo em apartado, vinculado aos autos principais, no qual, obrigatoriamente, a requerente deverá anexar, para cada pleito apresentado, os seguintes documentos:

I – **Carta** na qual contenha os elementos comprobatórios constantes nos Arts. 2º e 3º, inclusive com os seguintes dados:

- a) **valor total** do contrato;
- b) porcentagem do **BDI** e do lucro operacional referencial da licitação (**LOR**);
- c) **data base** do contrato para fins de **reajustamento** e o índice respectivo;
- d) **quadro resumo das medições** já realizadas até o pedido de reequilíbrio;
- e) **valor total pleiteado** para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- f) porcentagem do **desconto** apresentado na proposta de licitação, item a item ou linear, conforme as regras estipuladas no edital;
- g) **data** do pedido.

CONTINUAÇÃO

II - **Relação de Insumos do Contrato**, com indicação dos custos unitários contratuais e com destaque aos itens que estão gerando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III – **Gráfico da Evolução de Custos dos Insumos relevantes constantes na Curva A de Serviços**, constando valores unitários das planilhas: “orçamento de referência de licitação”, “orçamento do contrato” e “orçamento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro”, no período compreendido desde a assinatura do contrato até o pleito de REF;

IV - **Planilha Orçamentária Eletrônica Editável com as fórmulas respectivas**, contendo todos os serviços das planilhas: “orçamento de referência de licitação”, “orçamento do contrato” e “orçamento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro”;

V - **Curva ABC dos Serviços** do orçamento de referência, do contrato e do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

VI – **Composições de Custos Unitários Editáveis com as fórmulas respectivas**, contendo o detalhamento dos serviços e dos insumos, constando os custos do “orçamento de referência”, “do contrato” e “do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro”.

Lembrando que:

§1º Os **custos dos insumos** e serviços do pedido de REF mencionados acima deverão ser extraídos das tabelas SINAPI e/ou SICRO, bem como de outras tabelas oficiais de referência.

§2º As planilhas orçamentárias indicadas nos incisos deste artigo deverão ser apresentadas **desonerada ou não desonerada**, de acordo com o estabelecido no contrato.

§3º A proposta de recomposição deverá considerar **eventuais reajustes contratuais** no período, bem como o **desconto inicialmente ofertado**, item a item ou linear, conforme as regras estipuladas no edital.

§4º Os documentos citados nos incisos II a VI deste artigo deverão ser elaborados e assinados por profissional competente e ser acompanhados da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**.

§5º Os documentos citados nos incisos de I a VI deverão ser remetidos à fiscalização para conferência quanto ao atendimento;

§6º Caso haja necessidade de complementação de informações para subsidiar as análises técnicas, as Diretorias gestoras do contrato poderão realizar **diligência**.

Art. 8º Caberá à Diretoria gestora do contrato analisar as informações apresentadas pela empresa requerente e se manifestar sobre o atendimento aos pressupostos constantes nos artigos 2º e 3º, **juntamente com a análise global dos custos da avença, incluindo todos os insumos relevantes e não somente aqueles sobre os quais tenha havido a incidência da elevação financeira de forma que reste comprovado que as alterações nos custos estejam acarretando o retardamento ou a inexecução do ajustado originariamente.**

§1º Mesmo que a diferença entre o preço da tabela SINAPI e/ou SICRO e o preço contratual seja **negativa**, deve-se considerá-lo no cálculo do impacto financeiro.

§2º O i0 para cálculo do REF do contrato será a **data base da tabela vigente no momento do pedido.**

§3º Nos contratos em que ocorrerem reduções de preços com um **impacto financeiro negativo superior ao lucro operacional referencial do período considerado, deverão ser reequilibrados em favor da NOVACAP.**

§4º Caso o pedido da empresa seja acatado, o valor original do contrato refletirá a soma dos itens que foram impactados pelo desequilíbrio, considerados os reajustes eventualmente sofridos.

Art. 9º Para a análise econômico-financeira, as áreas técnicas da Diretoria gestora do contrato farão a **Análise global dos preços (AGP)**, que levará em consideração todas as variações ocorridas nos custos dos insumos do contrato, ou seja, **variações que levaram a acréscimos e a decréscimos**, independentemente dos percentuais apurados. Para tanto, deverá:

- a) realizar a conferência da documentação citada no art. 5º e no art. 6º, quando for o caso;
- b) atualizar a planilha de orçamento do contrato para a data do início de desequilíbrio econômico-financeiro, considerando o desconto ofertado na proposta, item a item ou linear, conforme as regras estipuladas no edital, bem como o último reajuste realizado;
- c) elaborar análise de correlação entre as planilhas: “de contrato” e “atualizada”, citada na alínea “b”, e àquela apresentada pela requerente para fins de constatação de desequilíbrio, gerando a porcentagem de variação total e de cada item de serviço.

Item	Descrição	Un	Qtde (A)	P. Unit contrato (B)	P. Total contrato $C=(A)*(B)$	AGP		Variação (%) $(F)=((E)-C)/C$	Pleito Contratada	
						P.Unit (D)	P.Total (E)=(A)*(D)		P.Unit (G)	P.Total (H)=(A)*(G)
Total					Contrato		AGP	$(FTOTAL)=$ $(ETOTAL-$ $CTOTAL)/$ $CTOTAL$		Pleito

Coluna (A) – quantidade de serviços prevista no contrato;

Coluna (B) – preço unitário do serviço previsto no contrato (**considerando eventual reajuste ocorrido**);

Coluna (C) – preço total do serviço obtido da multiplicação da quantidade, Coluna (A), pelo preço unitário, Coluna (B);

Coluna (D) – preço unitário do serviço atualizado obtido a partir da última tabela publicada na ocasião do pleito de REF e de pesquisa de mercado, quando aplicável, considerando-se ainda o desconto ofertado na proposta da contratada;

Coluna (E) – preço total do serviço atualizado, obtido da multiplicação da quantidade, Coluna (A), pelo preço unitário atualizado, Coluna (D);

Coluna (F) – variação percentual entre o preço unitário atualizado, Coluna (D), e o do contrato, reajustado quando for o caso, Coluna (B);

Colunas (G) e (H) – preços unitários e totais apresentados no pleito da contratada, respectivamente.

Linha (FTOTAL) – variação percentual entre o valor atualizado (ETOTAL) e o valor do contrato (CTOTAL) que representa, matematicamente, a onerosidade excessiva.

Item	Descrição	Un	Qtde (A)	P. Unit contrato (B)	P. Total contrato $C=(A)*(B)$	AGP		Variação (%) $(F)=((E)-C)/C$	Pleito Contratada	
						P.Unit (D)	P.Total $(E)=(A)*(D)$		P.Unit (G)	P.Total $(H)=(A)*(G)$
Total					Contrato		AGP	$(FTOTAL)=$ $(ETOTAL-$ $CTOTAL)/$ $CTOTAL$		Pleito

§2º Se a variação percentual (FTOTAL) resultante da AGP **for menor ou igual ao lucro operacional referencial (LOR)**, o pleito deverá ser **indeferido**, pois não representa **onerosidade excessiva**. Neste caso, os autos deverão ser enviados ao Diretor da área gestora do contrato com nota técnica sobre o resultado da análise empreendida.

§3º Caso a variação percentual (FTOTAL) resulte em impacto financeiro maior que o lucro operacional referencial (LOR), deverá ser empreendida a **Análise Parcial dos Preços** para ratificar a situação de onerosidade excessiva.

Art. 10º A **Análise Parcial dos Preços (APP)** levará em consideração os insumos e/ou serviços, cuja variação de custos for maior ou menor ao LOR. Nesse caso, deverá observar as seguintes orientações:

I - a planilha da análise parcial dos preços deverá ser elaborada a partir da planilha de análise global dos preços, considerando todos os serviços cuja variação de custos for maior ou menor do que o LOR.

II - para serviços cuja variação de preços estiver dentro da faixa do LOR, deverá ser mantido o preço unitário do contrato, considerando possíveis reajustamentos.

Item	Descrição	Un	Qtde (A)	P. Unit contrato (B)	P. Total contrato C=(A)*(B)	AGP		Variação (%) (F)=((E)-C)/C)	Pleito Contratada		APP	
						P.Unit (D)	P.Total (E)=(A)*(D)		P.Unit (G)	P.Total (H)=(A)*(G)	P.Unit (I)	P.Total (J)=(A)*(I)
Total					Contrato		AGP	(FTOTAL)= (ETOTAL-CTOTAL)/ CTOTAL		Pleito		APP

Coluna (I) – preço unitário do serviço reequilibrado, após as considerações sobre o LOR e itens de serviço não pleiteados para REF;

Coluna (J) – preço total do serviço reequilibrado, conforme APP.

a) Se a variação for maior do que o percentual do LOR, **mantêm-se o preço da Coluna (E)**, ou seja, o preço unitário da AGP;

b) Se a variação for menor ou igual do que o percentual do LOR, **mantêm-se o preço da Coluna (B)**, ou seja, o preço unitário do contrato reajustado, se for o caso.

§2º A **onerosidade excessiva** será determinada pela porcentagem superior ao LOR e encontrada a partir da divisão entre o valor total da Análise Parcial de Preços (APP), total da Coluna (J), e o valor total do contrato - Coluna (C).

§3º Os novos preços unitários dos serviços reequilibrados serão os preços unitários da APP.

Art. 12. Para fins desta Instrução Normativa, deverão ser respeitadas ainda as seguintes **disposições gerais**:

I - se o preço unitário do pleito apresentado pela Contratada for menor do que aquele encontrado na análise global (AGP), o preço unitário do item reequilibrado ficará limitado ao informado pela requerente.

II - o item que não foi objeto do pedido de REF permanecerá com o preço unitário do contrato reajustado, quando for o caso, ou o preço reequilibrado a menor, nos termos do § 3º do Art. 9º. [LINK 94291902](#)

III – a contratada fará jus ao REF desde a data do pleito, mesmo que tenham sido medidos serviços entre o pleito e a celebração do Termo Aditivo. Para isso, será garantido o ressarcimento da diferença existente entre o valor eventualmente pago e aquele reequilibrado sobre as medições posteriores à data do requerimento.

IV - a data base para futuros reajustes será o i0 para cálculo do REF.

V - a fiscalização deverá reavaliar os preços de contrato que sofreram reequilíbrio sempre que ocorrer um dos seguintes marcos: a) reajuste; b) após **70% do valor total medido** nos contratos por escopo; ou c) **seis meses após o pleito de REF**, adotando o marco que ocorrer primeiro.

Caso sejam verificados os pressupostos que propiciem o reequilíbrio do contrato a menor, deve-se realizar a glosa correspondente.

Art. 14º Os casos omissos que necessitarem de regulamentação e os conflitos com supervenientes disposições legais e determinações a serem cumpridas deverão ser examinados pela Diretoria gestora do contrato em discussão, bem como pela Diretoria Jurídica e submetidos em seguida à aprovação da Diretoria-Executiva.

Art. 15º O procedimento definido pela presente Instrução Normativa poderá ser aplicado às demais espécies de contrato da Novacap, no que couber.

Art. 16º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, **ficando revogada a Instrução Normativa nº 659/2021 - NOVACAP/PRES/AESP (73376734)**, que balizará os pedidos apresentados até a data final da sua vigência.

Muito obrigada!!!

Comissão Especial Permanente, instituída pela Instrução nº

367/2022-NOVACAP/PRES/AESP

Aline Pinheiro Macedo Couto (DJ)

Aurélio Rodrigues de Castro (DU)

Maruska Lima de Sousa Holanda (DE)